

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às
Demonstrações
Financeiras
Prestação Contas de 2021

A) – Referencial contabilístico e comparabilidade

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, sendo que já em 2020 foi adotado o mesmo referencial contabilístico..

A CMA adotou o procedimento consignado no manual de implementação, que incorpora a opção prevista na IPSAS 33, o qual refere que as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP devem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes, sendo que esta possibilidade se mantém até à prestação de contas de 2022 de acordo com a FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

B) - Indicação e comentário às contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas correspondem às segundas Demonstrações Financeiras de acordo com o SNC-AP.

De acordo com o estipulado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a CMA desenvolveu as regras estabelecidas, as quais passaram por:

1. Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
2. Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
3. Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
4. Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes destas verificações foram reconhecidos em conta própria, dentro dos Fundos Patrimoniais, 56.4 – Ajustamentos de Transição, sempre que não existe conta específica para o efeito no novo plano de contas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa. Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar neste ano de transição, as quais passamos a apresentar.

Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados.

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e com

reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- Mensuração dos Bens imóveis pelo seu Valor Patrimonial Tributário;
- Infraestruturas mensuradas com base na avaliação efetuada por entidade externa, com o apoio da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública (informação de serviço n.º 82/2021/DPAT);
- Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (firmes ou em curso) para os quais não se esperariam obter benefícios económicos futuros, e as respetivas depreciações e amortizações acumuladas, quando aplicável;
- Revisão das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Reclassificação de Imóveis para Propriedades de Investimento, nos termos da NCP 8;
- Reconhecimento pelo Método da Equivalência Patrimonial das participações onde a Câmara tem controlo ou influência significativa;
- Reforço de imparidades em Contas a Receber;
- Utilização da *conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados* – fazendo-se relevar as operações específicas da Administração Pública nomeadamente as quantias que o Município recebe por transferências de organismos no âmbito de empréstimos de financiamento e projetos co-financiados;
- Utilização da *conta 28 – Diferimentos* - refletindo os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos co-financiados, que ainda não tenham sido verificadas as condições a eles associadas;
- Reclassificação para fundos patrimoniais dos valores relativos aos subsídios ao investimento (conta de proveitos diferidos em POCAL), os quais são reconhecidos em rendimentos na proporção das respetivas depreciações.

Em 2021 foi pela primeira vez obtida informação relativa à concessão de Iluminação Pública e Distribuição de Energia em Baixa Tensão com a E-Redes e que permitiu dar cumprimento ao previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, sendo que o impacto nas contas desta reclassificação para efeitos de balanço de abertura foi o seguinte:

Rubricas	Valor
Ativos Fixos Tangíveis (Ativo)	17 731 719,72
Ajustamentos de transição (Património Líquido)	7 649 507,14
Diferimentos (Passivo)	10 082 212,58

Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 1/1/2020, já com o efeito do ajustamento realizado em 2021.

Para além da situação mencionada acima, não existiram alterações aos ajustamentos para o balanço de abertura em SNC-AP já realizados em 2020.

As variações decorrentes da transição no património líquido são as que se apresentam no mapa abaixo.

RUBRICAS DO BALANÇO	Valores conforme normativo anterior	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Reclassificações	SNC-AP
ATIVO	401 632 764,84	129 770 231,35	-17 444 472,78	126 502 649,93	-286 776,72	-9 394 696,84	-37,94	630 779 661,84
ATIVOS NÃO CORRENTES	316 097 881,15	129 770 231,35	-17 444 472,78	126 502 649,93	0,00	-9 394 696,84	435 530,36	545 967 123,17
Ativos fixos tangíveis	289 400 109,04	85 941 019,72	-17 127 179,32	127 006 951,45	0,00	-8 898 720,25	-426 658,10	475 895 522,54
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426 620,16	426 620,16
Ativos intangíveis	764 507,15	0,00	-317 293,46	0,00	0,00	0,00	0,00	447 213,69
Participações financeiras	23 349 008,16	43 829 211,63	0,00	-504 301,52	0,00	-495 976,59	0,00	66 177 941,68
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	2 584 256,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-263 855,04	2 320 401,76
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	699 423,34	699 423,34
ATIVOS CORRENTES	85 534 883,69	0,00	0,00	0,00	-286 776,72	0,00	-435 568,30	84 812 538,67
Inventários	609 230,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-260 491,96	348 738,99
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263 855,04	263 855,04
Clientes, contribuintes e utentes	605 977,04	0,00	0,00	0,00	-157 929,73	0,00	0,00	448 047,31
Outras contas a receber	37 130 882,55	0,00	0,00	0,00	-128 846,99	0,00	0,00	37 002 035,56
Diferimentos	814 776,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-438 931,38	375 844,95
Caixa e depósitos	46 374 016,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 374 016,82
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	-401 632 764,84	-129 770 231,35	17 444 472,78	-126 502 649,93	286 776,72	9 394 696,84	37,94	-630 779 661,84
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-335 159 571,61	-119 788 437,91	17 444 472,78	-126 502 649,93	286 776,72	7 141 566,01	-20 540 626,88	-577 118 470,82
Património/Capital	-161 649 413,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-161 649 413,39
Reservas	-6 557 220,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 557 220,83
Resultados transitados	-138 677 974,25	-75 959 226,28	17 444 472,78	-125 320 008,54	286 776,72	7 079 022,42	37,94	-315 146 899,21
Ajustamentos em ativos financeiros	-5 154 802,82	-43 829 211,63	0,00	-1 182 641,39	0,00	62 543,59	0,00	-50 104 112,25
Outras variações no património	-17 093 963,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20 540 664,82	-37 634 627,89
Resultado líquido do período	-6 026 197,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 026 197,25
PASSIVO	-66 473 193,23	-9 981 793,44	0,00	0,00	0,00	2 253 130,83	20 540 664,82	-53 661 191,02
PASSIVO NÃO CORRENTE	-34 569 180,89	100 419,14	0,00	0,00	0,00	2 253 130,83	1 476 266,48	-30 739 364,44
Provisões	-6 145 644,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 145 644,67
Financiamentos obtidos	-2 584 256,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-18 980 798,34	-21 565 055,14
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-83 600,00	-83 600,00
Diferimentos	-24 572 351,46	100 419,14	0,00	0,00	0,00	2 253 130,83	20 540 664,82	-1 678 136,67
Outras contas a pagar	-1 266 927,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 266 927,96
PASSIVO CORRENTE	-31 904 012,34	-10 082 212,58	0,00	0,00	0,00	0,00	19 064 398,34	-22 921 826,58
Fornecedores	-436 448,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-436 448,44
Estado e outros entes públicos	-447 592,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-447 592,06
Financiamentos obtidos	-22 726 601,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 980 798,34	-3 745 803,46
Fornecedores de investimentos	-114 618,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83 600,00	-31 018,51
Outras contas a pagar	-7 913 821,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 913 821,16
Diferimentos	-264 930,37	-10 082 212,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 347 142,95

Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31 de dezembro de 2019 com o resultado líquido apresentado em 1/1/2020

Não se efetuaram alterações nos resultados segundo o relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura

A CMA efetuou um reforço de imparidades em Contas a Receber na preparação do balanço de abertura por considerar que as imparidades que estavam constituídas eram insuficientes face às perdas estimadas. O reforço efetuado foi de 337.984,01 €, tendo existido a necessidade de uma reversão de 51.207,29 €, pelo que o impacto na conta de Ajustamentos de Transição assumiu o valor líquido de 286.776,72 €.

Distinção dos ajustamentos que são correções de erros cometidos em períodos anteriores e alterações de políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relacionados com correções de erros cometidos em anos anteriores.

Utilização do justo valor como custo considerado

Para efeitos de transição, foi considerado o Valor Patrimonial Tributário para a mensuração dos bens imóveis, passando a ser esse o custo considerado para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta a partir de 1/1/2020.

Foi efetuada a inventariação e avaliação das infraestruturas rodoviárias municipais, para dar cumprimento ao estabelecido na NCP 5. Para o efeito foram considerados os seguintes pressupostos de reconhecimento:

- Vias inseridas em zonas urbanas consolidadas – consulta ao cadastro da DGT;
- Antigos caminhos vicinais, atualmente pavimentados e destinados ao trânsito automóvel local, de uso público, pacífico e de boa fé, que constam do cadastro rústico da DGT e já possuem toponímia atribuída;
- Vias resultantes de operações urbanísticas tituladas pelo Município e por este rececionadas;
- Vias colocadas na posse do Município por meio de instrumento legal, designadamente legislação, auto de cessão ou de transferência;
- Vias inseridas em AUGI e Núcleos de Lotes destacados, cujas obras de loteamento foram rececionadas pelo Município;

Estes Bens foram objeto de avaliação quanto ao seu estado e tipo de piso por parte da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública.

Através de empresa de consultoria externa, os bens foram objeto de mensuração, tendo sido atribuído um valor de 68.209.300,00€.

Este valor passa a ser o custo considerado a partir de 1/1/2020 destes ativos.

C) - Divulgações necessárias quanto às quantias comparativas reclassificadas

Apresenta-se no mapa seguinte os ajustamentos decorrentes da reclassificação das quantias decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP:

Em termos de transição, a CMA teve um impacto positivo no seu Património Líquido, no valor de - 241.958.899,21€.

Os impactos mais significativos estão relacionados com as seguintes matérias:

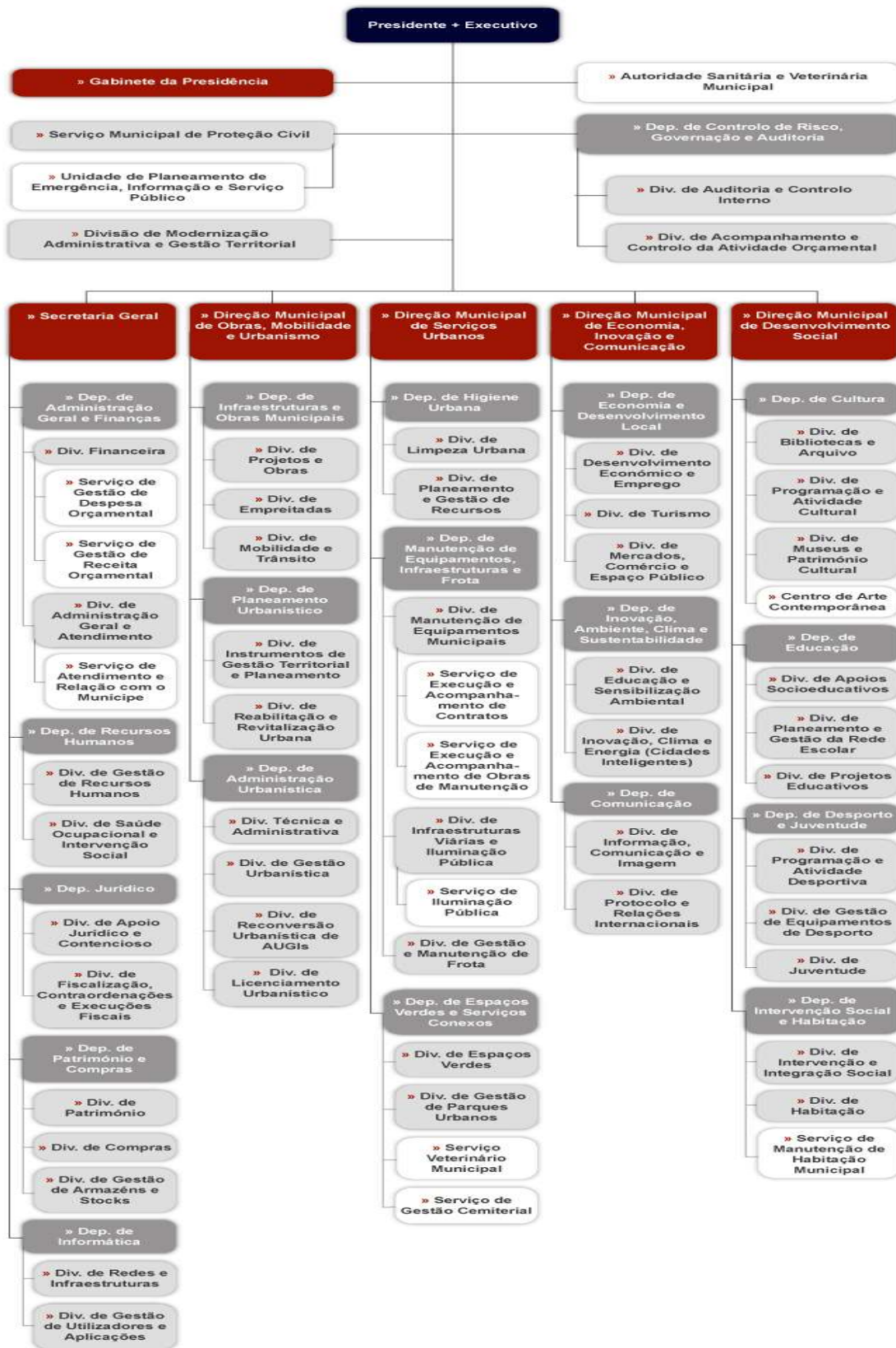
- Aplicação da NCP 23 à participação da CMA nos Serviços Municipalizados, e a outras entidades sobre as quais detém influência significativa, com um impacto líquido de 42.828.934,00€;
- Reconhecimento das Infraestruturas rodoviárias em ativos fixos tangíveis, nos termos da NCP 5, com impacto de 68.209.300,00€;
- Alteração da política de mensuração dos imóveis (Terrenos e Edifícios), para o Valor Patrimonial Tributário, com um impacto de aproximadamente 127 milhões de euros;
- Reclassificação dos Proveitos Diferidos relativos aos Subsídios ao Investimento para rubrica de Fundos Patrimoniais – Outras Variações no Património Líquido.
- Reconhecimento dos ativos de concessão com a E Redes no montante de 17.731.720,00€ e inerente registo do rendimento diferido de 10.082.213,00€, resultando num incremento do Património Líquido de 7.649.507,00€

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial. Contabilístico

- Designação: Câmara Municipal de Almada
- NIPC: 500 051 054
- Natureza: Autarquia Local /Câmara Municipal
- Endereço postal: Chalet Ribeiro Telles, Largo 5 de Outubro, 34, 2805-119 ALMADA

- Telefone: 21 272 40 00
- Endereço de correio eletrónico: gab.presidencia@cma.m-almada.pt
- Site da internet: www.m-almada.pt
- Entidade com serviços de fiscalização: auditor externo nos termos do artº. 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

• **ORGANOGRAMA**



- **Legislação**

- Regime Financeiro
 - Lei 73/2013, de 3 de setembro
- Regime Jurídico
 - Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

- **Participações Detidas:**

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	não
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	sim
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	sim
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	não
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	não
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	sim
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	sim
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	sim
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	não

- **Descrição sumária das atividades**

Pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população do concelho em conformidade com a legislação em vigor.

- **Identificação dos membros do órgão executivo durante o ano de 2021**

Mandato de 2021 a 2025				
Nome	Cargo	Partido	Tempo inteiro	Tempo Parcial
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida (PS)	Presidente da Câmara	PS	X	
Maria Teodolinda Monteiro Silveira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X	
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Francisca Luís Baptista Parreira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Maria das Dores Marques Banheiro Meira	Vereadora	CDU		
António José Sousa Matos	Vereador	CDU		
José Luís Riço Bucho de Matos	Vereador	CDU		
Helena Manuela Gil Azinheira	Vereadora	CDU		
Nuno Filipe Miragaia Matias	Vereador a meio Tempo	PSD		X
Joana Rodrigues Mortágua	Vereadora	BE		

- **Número de Vereadores**

Regime	Número de Vereadores
Em regime de permanência	5
A tempo parcial	1
Restantes Vereadores	5
Total	11

- **Organização contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo, em conformidade com o previsto na sua Norma de Controlo Interno.

Como suporte ao sistema contabilístico, a autarquia adotou um sistema informático que integra diversas aplicações, sendo esta integrada na aplicação de suporte ao sistema contabilístico (SNC-AP (MEDIDATA)).

- Aprovação dos documentos relevantes**

Aprovação dos documentos	Data da Aprovação	
	Orgão Executivo	Orgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e suas alterações	20/07/2021	...
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	09/05/2012	...

- Inscrição do Saldo de Gerência Anterior**

Inscrição do Saldo de Gerencia do ano anterior	Data da Aprovação	
	Orgão Executivo	Orgão Deliberativo
Revisão Orçamental	01/03/2021	18/03/2021

- Grupo autárquico para efeitos de consolidação**

Designação	Entidade Incluída na Consolidação Financeira
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	X
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	X
NOVA ALMADA VELHA- Agência de Desenvolvimento Local	X
WeMob_ Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M.S.A	X
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	X

- Descentralização**

Descentralização Administrativa (artº. 111º da Le º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim/Não
Transferências de Competências de Órgãos do Estado para Órgãos das Autarquias Locais	Sim
Transferências de Competências de Órgãos do Estado para Órgãos das Entidades Intermunicipais	Sim
Delegação de Competências (artº. 116º da Le º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim/Não
Dos Órgãos do Município nos órgãos das freguesias	Sim
Dos Órgãos do Município nos órgãos das Entidades Intermunicipais	Não

- Trabalhadores**

O número total de trabalhadores da autarquia a 31 de dezembro de 2021 era de 1769.

- **Concessões de serviços públicos / obras públicas**

Atualmente a CM Almada apenas tem concessionado o serviço de Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão à empresa EDP.

- **Responsáveis pelas Demonstrações**

	Cargo /Órgão	Demonstrações Orçamentais	Demonstrações Financeiras
Elaboração	António Adriano - Diretor de Departamento de Administração Geral e	X	X
Apresentação e Divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara	X	X
Aprovação	Câmara Municipal	X	X
Aprovação	Assembleia Municipal	X	X

Nota 2 –Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	Valor	
Caixa		7 722,84
Depósitos à ordem		43 201 510,00
Depósitos à ordem no Tesouro	999 588,56	
Depósitos à ordem à ordem	42 201 921,44	
Depósitos a prazo		12 000 000,00
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total		55 209 232,84

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciáveis.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela CMA mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação e distribuição de energia em baixa tensão, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4. Nestes bens é também reconhecido o inerente diferimento de rendimento, em função dos ativos cujo custo foi suportado pela E Redes e que ainda não se encontram depreciados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Loações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o

montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização de do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos

resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;

Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a CMA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida. Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

Rendimentos com contraprestação:

As prestações de serviços são reconhecidas quando:

- a) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- b) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os juros são reconhecidos como rendimento na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Nos dividendos o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo, tendo em consideração o critério de valorização utilizado na contabilização participação financeira.

As vendas são reconhecidas quando:

- a) A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

Rendimentos sem contraprestação:

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente das taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo justo valor à data de aquisição.

Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através a melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data de relato.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

"Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso."

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além da referência, ao facto de a 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Esta invasão, embora sem intervenção militar direta de outros países, foi seguida de um conjunto de sanções contra o invasor pelos países democráticos do ocidente e de apoio económico e de material militar à Ucrânia, sendo unânime que o paradigma de globalização económica poderá estar seriamente afetado. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa e Bielorrússia, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	474 135,23	497 695,92						-238 542,35		733 288,80
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	474 135,23	497 695,92						-238 542,35		733 288,80
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	474 135,23	497 695,92						-238 542,35		733 288,80

Detalham-se no quadro seguinte as adições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis		497 695,92								497 695,92
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		497 695,92								497 695,92
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL		497 695,92								497 695,92

Nota 4 –Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, tem o seu término em junho de 2022, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não tem qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

Pela aplicação da NCP 4 a CMA deve reconhecer como ativos de concessão os equipamentos relativos à Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública geridos atualmente pela EDP Distribuição, tendo para o efeito requerido informação à E-Redes (antiga EDP). Com base nesta informação, reportada a 2020, dado que para 2021 ainda não existem dados finais, estimou-se a seguinte posição no final do exercício de 2021.

Rubrica	Valor
Valor líquido de AFT	13 221 180,60
Diferimento de rendimento	9 805 855,55

O rendimento diferido corresponde ao montante dos Ativos Fixos Tangíveis Líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão após o término do atual.

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da autarquia são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se Ativos fixos tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas úteis essencialmente as seguintes:

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação		5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Método de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	95 869 979,79	10 249 418,88		85 620 560,91	98 162 773,65	13 508 073,05		84 654 700,60
AFT11 Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17			6 035 255,17	6 035 255,17			6 035 255,17
AFT12 Edifícios e outras construções	3 580 529,66	814 490,54		2 766 039,12	4 295 803,39	1 171 838,12		3 123 965,27
AFT13 Infraestruturas	83 420 267,85	9 429 317,20		73 990 950,65	85 656 206,92	12 318 401,40		73 337 805,52
AFT14 Património histórico, artístico e cultural	1 138 617,62	5 611,14		1 133 006,48	1 153 416,65	17 833,53		1 135 583,12
AFT15 Outros								
AFT16 Bens de domínio público em curso	1 695 309,49			1 695 309,49	1 022 091,52			1 022 091,52
Ativos fixos em concessão					126 734 049,45	112 352 702,05		14 381 347,40
AFT21 Terrenos e recursos naturais								
AFT22 Edifícios e outras construções								
AFT23 Infraestruturas					126 734 049,45	112 352 702,05		14 381 347,40
AFT24 Património histórico, artístico e cultural								
AFT25 Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	466 996 518,03	97 214 929,87		369 781 588,16	476 954 539,83	112 495 668,37		364 458 871,46
AFT31 Terrenos e recursos naturais	175 036 293,41			175 036 293,41	175 139 150,87			175 139 150,87
AFT32 Edifícios e outras construções	235 789 430,49	57 363 796,14		178 425 634,35	237 568 831,87	70 858 527,59		166 710 304,28
AFT33 Equipamento básico	13 616 049,70	9 331 433,73		4 284 615,97	14 688 564,46	9 933 335,78		4 755 228,68
AFT34 Equipamento de transporte	13 914 640,81	9 935 507,44		3 979 133,37	14 093 873,98	10 366 114,93		3 727 759,05
AFT35 Equipamento administrativo	11 483 436,76	10 796 202,82		687 233,94	11 731 315,05	11 069 268,01		662 047,04
AFT36 Equipamentos biológicos								
AFT37 Outros	12 061 634,93	9 787 989,74		2 273 645,19	12 156 143,05	10 268 422,06		1 887 720,99
AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso	5 095 031,93			5 095 031,93	11 576 660,55			11 576 660,55
TOTAL	562 866 497,82	107 464 348,75		455 402 149,07	701 851 362,93	238 356 443,47		463 494 919,46

A significativa variação verificada no valor bruto dos ativos e nas respetivas depreciações acumuladas, deve-se essencialmente ao reconhecimento dos Acordos de Concessão, mais concretamente, a que resulta dos ativos afetos ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, celebrado com a E-REDES, cujo impacto é, respetivamente, de 126.734.049,45€ no valor total do ativo bruto e de 112.352.702,05€ no valor das depreciações acumuladas.

5.2 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	85 620 560,91	1 745 296,94	691 580,45				-3 258 654,17		-144 083,53	84 654 700,60
Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17									6 035 255,17
Edifícios e outras construções	2 766 039,12		715 273,73				-357 347,58			3 123 965,27
Infraestruturas	73 990 950,65	184 441,96	2 149 887,11				-2 889 084,20		-98 390,00	73 337 805,52
Património histórico, artístico e cultural	1 133 006,48	14 799,03					-12 222,39			1 135 583,12
Outros										
Bens de domínio público em curso	1 695 309,49	1 546 055,95	-2 173 580,39						-45 693,53	1 022 091,52
Ativos fixos em concessão		126 734 049,45					-112 352 702,05			14 381 347,40
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas		126 734 049,45					-112 352 702,05			14 381 347,40
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	369 781 588,16	10 928 786,03	-736 000,37				-15 280 738,50		-234 763,86	364 458 871,46
Terrenos e recursos naturais	175 036 293,41	114 864,91							-12 007,45	175 139 150,87
Edifícios e outras construções	178 425 634,35	57 117,54	1 801 932,38				-13 494 731,45		-79 648,54	166 710 304,28
Equipamento básico	4 284 615,97	1 072 514,76					-601 902,05			4 755 228,68
Equipamento de transporte	3 979 133,37	248 993,33					-430 607,49		-69 760,16	3 727 759,05
Equipamento administrativo	687 233,94	249 060,94					-273 065,19		-1 182,65	662 047,04
Equipamentos biológicos										
Outros	2 273 645,19	96 855,08					-480 432,32		-2 346,96	1 887 720,99
Ativos fixos tangíveis em curso	5 095 031,93	9 089 379,47	-2 537 932,75						-69 818,10	11 576 660,55
TOTAL	455 402 149,07	139 408 132,42	-44 419,92				-130 892 094,72		-378 847,39	463 494 919,46

Os montantes indicados na coluna “Depreciações do período” refletem, para além das depreciações do exercício num total de (-)€13.361.558,32, também os montantes das regularizações das depreciações de anos anteriores por força de ajustamentos na transição para o SNC-AP, num total de (-)€117.530.536,40.

Ativos fixos tangíveis – adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		1 560 854,98								184 441,96	1 745 296,94
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas										184 441,96	184 441,96
Património histórico, artístico e cultural		14 799,03									14 799,03
Outros											
Bens de domínio público em curso		1 546 055,95									1 546 055,95
Ativos fixos em concessão		925 943,59				125 808 105,86					126 734 049,45
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		925 943,59				125 808 105,86					126 734 049,45
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		10 815 673,99			30 000,00	-62,77				83 174,81	10 928 786,03
Terrenos e recursos naturais					30 000,00	-62,77				84 927,68	114 864,91
Edifícios e outras construções		57 117,54									57 117,54
Equipamento básico		1 074 267,63								-1 752,87	1 072 514,76
Equipamento de transporte		248 993,33									248 993,33
Equipamento administrativo		249 060,94									249 060,94
Equipamentos biológicos											
Outros		96 855,08									96 855,08
Ativos fixos tangíveis em curso		9 089 379,47									9 089 379,47
TOTAL		13 302 472,56			30 000,00	125 808 043,09				267 616,77	139 408 132,42

Tal como referido anteriormente, salienta-se o forte impacto do reconhecimento dos ativos afetos ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, celebrado com a E-REDES, constituído essencialmente por cedências efetuadas ao Município de Almada no âmbito de operações urbanísticas.

Ativos fixos tangíveis – diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-144 083,53	-144 083,53
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-98 390,00	-98 390,00
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-45 693,53	-45 693,53
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis		-91 655,99			-143 107,87	-234 763,86
Terrenos e recursos naturais		-12 007,45				-12 007,45
Edifícios e outras construções		-79 648,54				-79 648,54
Equipamento básico						
Equipamento de transporte					-69 760,16	-69 760,16
Equipamento administrativo					-1 182,65	-1 182,65
Equipamentos biológicos						
Outros					-2 346,96	-2 346,96
Ativos fixos tangíveis em curso					-69 818,10	-69 818,10
TOTAL		-91 655,99			-287 191,40	-378 847,39

Nota 6 - Locações

Locações Financeiras

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada dos contratos de locação financeira, onde a autarquia é locatária.

Identificação do Bem		LOCADOR		Início da locação	Investimento na locação	Visto do TC		Condições			Pagamentos da locação						Passivo remanescente		
		Nr Contrato	Designação			NIPC	Número	Data	Prazo (meses)	Rendas		Encargos financeiros			Redução do passivo pendente			No início de N	No final de N
										N.º	Periodicidade	Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N		
1 viatura ligeira de mercadorias com cabina simples e plataforma elevatória com alcance de 23 mt		215294	Santander Totta	500844321	01/05/2017	72 000,00	2841 (2016)	16/02/2017	60	20+VR	Trimestral	2 004,76	175,71	20,30	52 565,84	14 376,45	5 057,71	19 434,16	5 057,71
1 viatura ligeira de mercadorias, com tração 4x4		218097	Santander Totta	500844321	15/10/2017	53 900,00	1912	16/02/2017	60	20+VR	Trimestral	1 384,84	198,49	35,47	34 020,40	10 695,43	9 184,17	19 879,60	9 184,17
4 viaturas ligeiras de mercadoria, cabine dupla, com 3500 kg e plataforma elevatória		218538	Santander Totta	500844321	01/02/2018	158 590,00	2822	23/08/2017	60	20+VR	Trimestral	3 867,45	682,06	297,96	92 291,91	31 371,06	34 927,03	66 298,09	34 927,03
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton		218781	Santander Totta	500844321	01/07/2019	179 800,00	144	21/03/2019	60	20+VR	Trimestral	533,48	1 432,92	1 663,42	17 636,50	34 907,04	92 782,36	127 689,40	92 782,36
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton		221088	Santander Totta	500844321	01/09/2019	233 000,00	3754	08/03/2019	60	20+VR	Trimestral	2 437,06	1 453,32	1 684,40	67 737,38	45 329,64	119 932,98	165 262,62	119 932,98
7 viaturas pesadas mercadorias de 7 toneladas e plataforma elevatória		219651	Santander Totta	500844321	15/06/2019	339 990,00	416	09/05/2019	60	20+VR	Trimestral	4 104,53	1 938,49	2 008,18	115 329,96	66 309,79	158 350,25	224 660,04	158 350,25
Aquisição de 8 viaturas pesadas de RU		1915268	Bankinter	980547490	15/07/2019	109 800,00	866	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	585,67	348,36	402,60	32 096,51	21 439,76	56 263,73	77 703,49	56 263,73
Aquisição de duas viaturas automóveis		1915269	Bankinter	980547490	15/10/2019	303 900,00	867	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	1 333,67	1 038,26	1 327,50	74 046,67	59 266,02	170 587,31	229 853,33	170 587,31
Aquisição de 5 viaturas automóveis		1915271	Bankinter	980547490	15/11/2019	878 375,00	868	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	1 333,67	3 000,92	1 327,50	214 020,26	171 299,08	493 055,66	664 354,74	493 055,66
Total						2 329 355,00						17 585,13	10 268,53	8 767,33	699 745,43	454 994,27	1 140 141,20	1 595 135,47	1 140 141,20

Locações operacionais - locadora

Divulgam-se em seguida os principais contratos de locação operacional onde a autarquia é locadora.

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor Recebido 2021	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	01/04/2022	Maria Isabel Cortes Mariano Dias	170306283	558	58,00	32 364,00	696,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, N.º 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	01/01/2022	Manuel Virgílio Costa Pereira	221265675	255	4,00	1 020,00	48,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	01/03/2022	Manuel Bernardo	106753061	594	92,00	54 648,00	1 104,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, N.º 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	01/01/2022	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	349	102,00	35 598,00	1 326,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2021	Mecânica Piedense Lda	500189145	62	253,00	15 686,00	3 036,00	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	766,00	137 880,00	9 192,00	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	766,00	110 304,00	7 660,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	12/05/2014	12/05/2022	Sofia & Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	96	355,00	34 080,00	4 260,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A,B,C,D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	502547952	22	5,00	110,00	60,00	Comércio
Contrato de Arrendamento não Habitacional Praça da Liberdade, Almada Cafeteria Forum Municipal Romeu Correia	01/04/2016	01/04/2022	Virgulas Gratuitas Lda.	513742263	72	812,00	58 464,00	9 744,00	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	20/05/2022	GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	24	5,00	120,00	60,00	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.ª. D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,39	158,04	52,68	Serviços de Ação Social
					Total	3 222,39	480 432,04	37 238,68	

Loações operacionais - locatária

Divulgam-se em seguida os principais contratos de locação operacional onde a autarquia é locatária.

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2021	Observações	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Capão Leites nº 6 - 1º Esq. Almada Comodatado à delegação de Almada da Ordem dos Advogados	01/11/1972	31/12/2023	Abílio Carlos D'Acensão Diniz Silva	181767040	613	543,00	332 859,00	6 516,00	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Praceta D.ª Adelaide Coutinho, nº 8A cave D.ª - Almada Armazém Aquino Histórico	01/10/2008	31/03/2022	Ana Rita Correia Mendes Lopes	227996917	161	600,00	96 600,00	7 200,00	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Marcos Assunção, nº 3B, Pragal Alcandimento da Divisão de Habitação	01/06/2017	30/05/2023	António Carlos Pinto Gonçalves	147061431	71	650,00	46 150,00	7 800,00	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 98-D, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/11/1975	30/04/2023	Artur Alberto Ribeiro Quaresma	154489360	569	121,85	69 332,65	1 462,20	Serviços	
134201820: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Catarina Eufémia, Nº 9 - 3º Frt. Almada Habitação Social	01/12/2015	01/03/2020	Bruno Miguel Pásoa Rodrigues	221315624	51	267,97	13 666,47	0,00	Habitação Social	
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Mouzinho de Albuquerque, Nº 4 - 4º D.ª Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2024	Diogo Luis Cruz Gonçalves	255786166	95	444,93	42 268,35	2 224,65	Habitação Social	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 98-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	28/01/1975	31/03/2023	Estela Madeira - Cabeça de Casal da Herança de Maria Ester Alves Madeira	743625161	578	664,73	384 213,94	7 976,76	Serviços	
134201833: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carvalho Freire, Nº 62 - 2º Esq. Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	Graça Cristina Mota Rodrigues e Sofia Margarida Mota Rodrigues	143801635 208937692	59	359,80	21 228,20	1 799,00	Habitação Social	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Pedro Nunes, 40-H, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/06/2008	31/05/2025	Joaquim Amílcar Valente Pereira	181862905	203	1 750,00	355 250,00	21 000,00	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 98-G, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	05/01/1975	31/01/2023	José António Pinto Madeira e outros	114995664	576	849,66	489 404,16	10 105,92	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional 15 escritórios (frações autónomas) sítas no piso 3 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DIGH	01/07/2016	30/06/2026	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	119	4 674,14	556 222,66	51 415,54	Serviços	
134201811: Contrato de arrendamento não habitacional 10 escritórios (frações autónomas) sítas no piso 2 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DIGH	20/12/2019	19/07/2022	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	30	3 337,95	100 138,50	36 717,45	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 40-C, 40-D e 40-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	07/11/1979	30/06/2023	Maria Lucinda Brites Sombirinha Moreira	114024359	523	1 748,65	914 543,95	20 983,80	Serviços	
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 98-C, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/02/1975	28/12/2022	Maria Luísa de Jesus Santos Figueiredo	145180204	574	611,16	350 805,64	7 333,92	Serviços	
134201835: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carolina Michaelis, Nº 6 - 1º B. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Mikadian, Lda.	508904773	59	482,77	28 483,43	4 344,93	Habitação Social	
134201840: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta do Cristo Rei, Nº 10 - 1º D.ª Almada Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Mikadian, Lda.	508904773	59	406,54	23 985,86	3 658,86	Habitação Social	
134201816: Contrato de Arrendamento Habitacional Travessa Ernesto Veiga de Oliveira, Nº 3 - 3º D.ª Caparica Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	Mikadian, Lda.	508904773	60	445,00	26 700,00	0,00	Habitação Social	
134201817: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua União Piedense, Nº 98 - 3º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	485,38	29 122,80	0,00	Habitação Social	
134201832: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Duarte Melo, Nº 14 CV Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	50,5	303,36	15 319,68	0,00	Habitação Social	
134201836: Contrato de Arrendamento Habitacional Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 10º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	59	303,36	17 898,24	3 336,96	Habitação Social	
134201838: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Fernão Lourenço, Nº 3 - 1º D.ª Almada Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	262,91	12 225,32	0,00	Habitação Social	
134201839: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Bento Moura, Nº 2 - 8º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	338,75	15 751,88	0,00	Habitação Social	
Contrato de arrendamento habitacional Rua da Bela Vista, n.º 92, 5º C, Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	293,25	18 328,13	0,00	Habitação Social	
134201810: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua das Flores, Nº 7 - 3º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	404,48	25 280,00	0,00	Habitação Social	
134201819: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Bartolomeu Dias, Bloco C-I - R/C G Caparica Habitação Social	01/12/2015	01/12/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	247,74	14 864,40	0,00	Habitação Social	
134201823: Contrato de Arrendamento Habitacional Av. D. Nuno Álvares Pereira, Nº 32 - 3º Almada Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58	399,42	23 166,36	0,00	Habitação Social	
134201824: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Ilha do Príncipe, nº 3 - CV Esq. Almada Habitação Social	01/12/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58,5	379,20	22 183,20	0,00	Habitação Social	
134201825: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua dos 3 Vales, Nº 32 - 7º B. Caparica Habitação Social	01/03/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	55,5	369,09	20 484,50	0,00	Habitação Social	
13420183: Contrato de arrendamento habitacional Rua Gil Eanes, Bloco G-IV, Nº 25 - 2º G Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	353,92	22 120,00	0,00	Habitação Social	
13420185: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Via do Seixal, Nº 32 - 3º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	449,98	28 123,75	0,00	Habitação Social	
13420189: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Boa Nova, Nº 3 - 3º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	328,64	20 540,00	0,00	Habitação Social	
Contrato de arrendamento não habitacional R. D. José de Mascarenhas nº 35, 1º andar D.ª e Esq.ª, Almada Contact Center e Gabinete de Vereação da Goposição	01/07/2006	30/06/2023	Ricardo Alexandre da Silva Martins Diogo	164064095	203	674,92	137 008,76	8 099,04	Serviços	
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Barbosa Bucage, Nº 1 - 5º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	59	283,14	16 705,26	2 548,26	Habitação Social	
134201834: Contrato de Arrendamento Habitacional com FIAH - Cidades de Portugal Rua da Liberdade, Nº 12 - 1º D.ª Trafaria Habitação Social	01/08/2016	30/11/2020	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	51	288,19	14 697,69	288,19	Habitação Social	
134201841: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua S. Lourenço Nascente, nº 20 - 7º A Caparica Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	59	283,14	16 705,26	2 265,12	Habitação Social	
134201811: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Alegria, Nº 9 - 3º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	72	293,25	21 114,00	0,00	Habitação Social	
134201815: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Trilão da Cunha, Nº 19 - CV D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	23/04/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	68	278,08	18 909,44	2 502,72	Habitação Social	
134201827: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Adriano Correia de Oliveira, Nº 37 - R/C Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/12/2020	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	52,5	480,32	25 216,80	720,48	Habitação Social	
Rua Sebastião Lopes, Nº 1 - 2º C Laranjeiro	01/08/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	52	252,80	13 145,60	0,00	Habitação Social	
Rua Amadeu de Sousa Cardoso, Nº 5 - R/C H Laranjeiro	01/12/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	48	308,42	14 804,16	0,00	Habitação Social	
13420186: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Via do Seixal, Nº 15 - 2º D.ª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/02/2020	SRRG - Unipessoal Lda.	514650605	54	348,86	18 838,44	0,00	Habitação Social	
134201821: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 7º D.ª Tas. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	Suns et Party, Lda.	514114576	58	267,97	15 542,26	0,00	Habitação Social	
							Total	4 449 948,92	210 389,80	

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Os financiamentos da CM de Almada totalizam a 31.12.2021

	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras (Nota 6)	447 350,55	692 790,65	1 140 141,20
Empréstimos bancários (comerciais)	2 639 179,64	12 108 420,91	14 747 600,55
Empréstimos bancários bonificados	264 146,26	1 792 397,94	2 056 544,20
Subtotal empréstimos	2 903 325,90	13 900 818,85	16 804 144,75
Total	3 350 676,45	14 593 609,50	17 944 285,95

Detalham-se nos quadros seguintes os empréstimos por tipologia.

	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários (comerciais)	2 639 179,64	12 108 420,91	14 747 600,55
Empréstimos bancários bonificados	264 146,26	1 792 397,94	2 056 544,20
Total	2 903 325,90	13 900 818,85	16 804 144,75

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições				Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)						
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Taxa de juro			Comissões	Outros encargos	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)		Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)		Empréstimos contratados após 01/01/2014					
			Inicial	Atual	Spread			Até N			Ano N	Previstos após N	Até N (de onde ano 2000)			Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Capital	Juros	Outros encargos (a)										
Médio e Longo Prazo																																	
Não isentos																																	
87 FOGOS / PER	9015003861491	C.G.D. - I.N.H.	21/01/2004	25,00	17,00	3.046	31/12/2003	N	1 812 853,60	1 812 853,60	0,750%	0,243%	1,500%																				
188 FOGOS / PER (1ª reforço)	0054002513191	C.G.D. - I.N.H.	31/12/2004	18,00	17,00	2.804	23/12/2004	N	419 963,83	419 963,83	0,750%	0,000%	-0,10%																				
188 FOGOS / PER (2ª reforço)	0054002514991	C.G.D. - I.N.H.	15/11/2005	17,00	16,00	2.464	03/11/2005	N	81 258,40	81 258,40	0,750%	0,000%	-0,10%																				
58 FOGOS / PER	9015004010491	C.G.D. - I.N.H.	10/01/2005	25,00	16,00	2.803	23/12/2004	N	1 403 602,80	1 403 602,80	0,750%	0,245%	1,250%																				
55 FOGOS / PER	9015004513091	C.G.D. - I.N.H.	28/12/2005	25,00	16,00	2.465	03/11/2005	N	1 072 165,46	1 072 165,46	0,750%	0,247%	1,500%																				
ESCOLAS BÁSICAS	1380743830002	BPI	02/07/2008	20,00	13,00	2.024	27/12/2006	N	2 511 779,00	2 511 779,00	3,754%	0,000%	0,050%																				
REGENERAÇÃO URBANA	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,00	12,00	1.284	13/08/2009	N	5 862 508,00	5 862 508,00	2,903%	1,085%	1,600%																				
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	1380743830004	BPI	13/08/2010	20,00	11,00	729	13/08/2010	N	10 000 000,00	8 700 000,00	2,234%	0,729%	1,250%																				
FINANCIAMENTO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		BPI	27/07/2021	5,00	-	1.711	11/11/2021	N	10 000 000,00	-	0,150%	0,150%	0,150%																				
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	0032 00495635640	Santander Totta	20/04/2017	10,00	4,00	64	05/05/2017	N	5 350 000,00	5 350 000,00	0,861%	0,850%	0,850%																				
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	POVT-02-0146-FCCES-000224	ADC	03/09/2015	14,00	6,00	1.303	03/09/2015	N	3 100 000,00	2 824 760,79	0,609%	0,000%	0,425%																				
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	POVT-12-0146-FCCES-000119	ADC	03/09/2015	12,00	6,00	1.302	03/09/2015	N	560 000,00	282 604,50	0,609%	0,000%	0,425%																				
SubTotal									42 174 131,09	30 321 496,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Médio e Longo Prazo																																	
Isentos																																	
CONVENTO CAPUCHOS	9015002673991	C.G.D.	20/01/2002	20,00	19,00	4.606	18/01/2002	I	1 086 050,52	858 340,26	1,000%	0,000%	0,450%																				
132 FOGOS / Habitação Social	0054002457791	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,50	26,00	79 961	24/10/1995	I	1 404 280,68	1 243 553,05	6,700%	0,291%	1,250%																				
128 FOGOS / Habitação Social	0054002458391	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,50	26,00	79 962	24/10/1995	I	1 567 851,48	1 422 806,04	6,700%	0,291%	1,250%																				
112 FOGOS / PER	0054002465891	C.G.D. - I.N.H.	04/12/1995	27,00	26,00	90 429	02/11/1995	I	1 757 747,83	1 757 747,83	3,125%	0,558%	2,750%																				
33 FOGOS / PER	0054002471291	C.G.D. - I.N.H.	11/09/1996	27,50	25,00	39 793	30/07/1996	I	410 983,53	410 983,53	3,125%	0,558%	2,750%																				
147 FOGOS / PER	0054002472091	C.G.D. - I.N.H.	29/11/1996	27,00	25,00	74 493	18/10/1996	I	2 306 805,60	2 030 002,69	2,625%	0,558%	2,750%																				
126 FOGOS / PER	0054002489591	C.G.D. - I.N.H.	17/07/1997	25,00	24,00	34 650	24/06/1997	I	2 323 260,94	2 323 260,94	2,250%	0,557%	2,750%																				
188 FOGOS / PER	0054002512391	C.G.D. - I.N.H.	21/06/2000	20,00	19,00	977	01/06/2000	I	3 944 493,77	3 944 493,77	0,897%	0,000%	-0,10%																				
68 FOGOS / PER	0054002544191	C.G.D. - I.N.H.	25/09/2001	25,00	20,00	4.508	03/01/2002	I	1 385 347,48	1 385 347,48	1,220%	0,000%	0,425%																				
REDE ESCOLAR	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,00	12,00	1.284	13/08/2009	I	2 137 492,00	2 137 492,00	2,903%	1,085%	1,600%																				
SubTotal									18 334 313,83	17 514 027,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total MLP									60 508 444,92	47 835 523,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Total Geral									60 508 444,92	47 835 523,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

(c1) al. c) do n.º 1 do Art.º 7º da Lei 16-A/2002, de 31/05

(c2) Lei 42/88, de 06/08, com alterações que lhe foram introduzidas (Art.º 28º da Lei 3-B/2000, de 04/04)

(c3) PER (art.º 2º do DL 163/93, de 07/05, introduzido pela Lei 34/96, de 29/08)

(c4) n.º 6 do Art.º 39º da Lei 22/007, de 15/01

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

EMPRÉSTIMOS-serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMORTIZAÇÃO	JURO	AMORTIZAÇÃO	JURO
Caixa Geral de Depósitos:	970 897,63	6 114,02	1 755 744,97	14 046,21
CONVENTO CAPUCHOS	22 843,61	0,00	0,00	0,00
C.G.D. - I.N.H.:			0,00	0,00
132 FOGOS / Habitação Social	62 116,07	225,85	31 124,72	45,22
128 FOGOS / Habitação Social	72 890,09	265,03	36 523,31	53,07
112 FOGOS / PER	81 928,94	343,32	0,00	0,00
33 FOGOS / PER	18 581,78	233,78	28 066,63	156,33
147 FOGOS / PER	92 818,00	908,97	93 334,48	390,60
126 FOGOS / PER	105 875,27	442,48	0,00	0,00
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00	0,00	0,00
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	236 872,53	0,00
87 FOGOS / PER	75 984,43	1 347,54	498 449,95	4 242,60
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00	0,00	0,00
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,55	0,00	0,00	0,00
58 FOGOS / PER	58 241,84	1 372,83	471 297,79	5 357,59
55 FOGOS / PER	44 516,98	974,22	360 075,56	3 800,80
Banco BPI:	999 532,01	64 969,58	7 343 300,94	233 892,29
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	855 083,71	0,00
REDE ESCOLAR	125 734,82	10 572,67	880 143,74	35 810,65
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	28 997,70	2 413 973,80	98 218,02
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	386 429,83	25 399,21	3 194 099,69	99 863,62
Banco Santander Totta:	668 750,00	29 842,97	3 009 375,00	63 949,22
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	29 842,97	3 009 375,00	63 949,22
Empréstimos - Quadro:	264 146,26	0,00	1 792 397,94	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,36	0,00	1 650 833,50	0,00
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	141 564,44	0,00
TOTAL EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	2 903 325,90	100 926,57	13 900 818,85	311 887,72

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados.

EMPRÉSTIMOS-Serviço da dívida	2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR	AMOR	JUR
Caixa Geral de Depósitos:	970 897,63	6 114,02	418 049,49	3 863,69	248 213,77	2 819,51	239 284,45	2 341,12	239 737,91	1 887,68	180 974,35	1 433,09	181 430,08	977,37	143 223,28	520,50	104 832,59	203,25
CONVENTO CAPUCHOS	22 843,61	0,00																
C.G.D. - I.N.H.:																		
132 FOGOS / Habitação Social	62 116,07	225,85	31 124,72	45,22														
128 FOGOS / Habitação Social	72 890,09	265,03	36 523,31	53,07														
112 FOGOS / PER	81 928,94	343,32																
33 FOGOS / PER	18 581,78	233,78	18 685,17	130,23	9 381,61	26,10												
147 FOGOS / PER	92 818,00	908,97	93 335,28	390,60														
126 FOGOS / PER	105 875,27	442,48																
188 FOGOS / PER	244 778,74	0,00																
68 FOGOS / PER	59 218,14	0,00	59 218,14	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00	59 218,13	0,00								
87 FOGOS / PER	75 984,43	1 347,54	76 173,53	1 163,07	76 358,44	978,16	76 543,80	792,80	76 729,62	606,99	76 915,88	420,72	77 102,59	234,01	38 626,09	46,85		
188 FOGOS / PER (1º reforço)	26 061,19	0,00																
188 FOGOS / PER (2º reforço)	5 042,55	0,00																
58 FOGOS / PER	58 241,84	1 372,83	58 368,01	1 217,55	58 523,70	1 061,86	58 679,82	905,74	58 836,34	749,22	58 993,29	592,27	59 150,65	434,91	59 308,44	277,12	59 437,54	118,92
55 FOGOS / PER	44 516,98	974,22	44 621,33	863,95	44 731,89	753,39	44 842,70	642,58	44 953,82	531,47	45 065,18	420,10	45 176,84	308,45	45 288,75	196,53	45 395,05	84,33
Banco BPI:	999 532,01	64 969,58	1 002 279,34	57 042,05	1 005 121,60	49 093,93	1 007 984,63	41 125,04	1 010 868,56	33 135,27	1 013 773,59	25 124,40	1 016 699,79	17 092,33	877 133,43	9 038,89	409 588,68	2 240,38
ESCOLAS BÁSICAS	142 513,96	0,00	142 513,96	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	142 513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REDE ESCOLAR	125 734,82	10 572,67	125 734,82	9 208,45	125 734,82	7 844,24	125 734,82	6 480,02	125 734,82	5 115,81	125 734,82	3 751,59	125 734,82	2 387,38	125 734,82	1 023,16		
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	28 997,70	344 853,40	25 256,06	344 853,40	21 514,42	344 853,40	17 772,78	344 853,40	14 031,15	344 853,40	10 289,51	344 853,40	6 547,87	344 853,40	2 806,23		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	386 429,83	25 399,21	389 177,16	22 577,54	392 019,43	19 735,27	394 882,46	16 872,24	397 766,39	13 988,31	400 671,42	11 083,30	403 597,62	8 157,08	406 545,21	5 209,50	409 588,68	2 240,38
Banco Santander Totta:	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	29 842,97	668 750,00	24 158,59	668 750,00	18 474,22	668 750,00	12 789,85	668 750,00	7 105,47	334 375,00	1 421,09						
Empréstimos - Quadro:	264 146,26	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,25	0,00	264 146,24	0,00	235 833,35	0,00	235 833,35	0,00	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,36	0,00	235 833,35	0,00	235 833,35	0,00		
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 312,90	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,89	0,00	28 312,88	0,00						
TOTAL EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	2 903 325,90	100 926,57	2 353 225,08	85 064,33	2 186 231,62	70 387,66	2 180 165,33	56 256,01	2 183 502,72	42 128,42	1 793 269,18	27 978,58	1 433 963,22	18 069,70	1 256 190,06	9 559,39	514 421,27	2 443,63

Nota 8 – Propriedades de Investimento

a) Bases de Mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo. As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Falta ajustar os restantes.

Escriturada e movimentos do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	423 675,36	630 695,30		-34 396,53					1 019 974,13		526 491,95	
P11	Bens de domínio público												
P12	Terrenos e recursos naturais	352 999,67	12 007,45							365 007,12			
P13	Edifícios e outras construções	70 675,69	618 687,85		-34 396,53					654 967,01			
P14	Outras propriedades de investimento												
P15	Propriedades de Investimento em curso												
	TOTAL	423 675,36	630 695,30		-34 396,53					1 019 974,13			

Adições do período

Rubrica	Designação	Adições										
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total	
	Propriedades de Investimento				91 655,99						539 039,31	630 695,30
P11	Bens de domínio público											
P12	Terrenos e recursos naturais				12 007,45							12 007,45
P13	Edifícios e outras construções				79 648,54						539 039,31	618 687,85
P14	Outras propriedades de investimento											
P15	Propriedades de Investimento em curso											
	TOTAL				91 655,99						539 039,31	630 695,30

Nota 9 –Imparidade de Ativos

As imparidades de clientes e das restantes dívidas a receber são calculadas em função da expectativa de recebimento dos respetivos saldos, sendo para o efeito considerada a sua antiguidade e estado (execução fiscal, acordo ou conta corrente), bem como a eventual possibilidade de ser alegada a prescrição.

Ativo	Quantia bruta 31.12.2021	Imparidade acumulada a 1.1.2021	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2021	Quantia Recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	2 382 349,17	42 152,55	76 369,80	118522,35	2 263 826,82 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- Não Corrente	1 792 397,94				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis - corrente	325 804,97				
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- Corrente	264 146,26				
Cientes, contribuintes e utentes	3 322 276,91	2 825 900,40	167 885,88	2 993 786,28	328 490,63 €
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 322 276,91	2 825 900,40	167 885,88	2 993 786,28	328 490,63 €
Outras contas a receber	39 626 721,88	1 227,68	- 519,84	121 880,11	39 504 841,77 €
Pessoal	3 030,32	1227,68	- 519,84	707,84	2 322,48 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	39033841,55				39 033 841,55 €
Devedores diversos	589850,01			121 172,27	468 677,74 €
Total	45 331 347,96	2 869 280,63	243 735,84	3 234 188,74	42 097 159,22

Nota 10 –Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	24 851,28	3 996,57	37,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 810,09
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	332 752,59	1 466 852,77	1 366 631,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432 974,04
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	357 603,87	1 470 849,34	1 366 669,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	461 784,13

O detalhe dos gastos do ano é apresentado no seguinte quadro:

Tipo	Valor
Mercadorias	37,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00
Matérias de consumo clínico	63 723,20
Gasóleo	784 328,95
Óleos e Lubrificantes	17 173,37
Gás	3 716,54
Artigos de Higiene e Limpeza	130 210,07
Outros materiais diversos de consumo	367 479,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 366 669,08

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 é a seguinte

Rubricas	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	28 810,09	0,00	28 810,09
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	432 974,04	0,00	432 974,04
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	461 784,13	0,00	461 784,13

Nota 13 –Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de transação com contraprestação	Unid.: Euro	
	31/12/2021	31/12/2020
Prestações de Serviços	11 742 802,43	7 741 211,02
Venda de bens	5 169,12	8 008,31
Outros rendimentos	2 388 711,78	4 865 444,17
TOTAL	14 136 683,33	12 614 663,50

Nota 14 –Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a

pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021				31/12/2020			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	37 519 607,02	0,00	0,00	3 835,06	37 994 983,68	0,00	723,21	1 922,69
Impostos indiretos	27 485 826,00	0,00	0,00		18 083 160,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	6 202 568,27	0,00	0,00	1 163 943,17	4 833 560,08	0,00	298 606,05	223 160,24
Multas e outras penalidades	251 028,09	0,00	0,00	71 760,14	142 519,39	0,00	38 306,76	38 004,26
Transferências sem condição	17 965 107,71	0,00	0,00		19 651 433,64	467 947,00	275 330,61	745 466,15
Transferências com condição	2 232 353,23	0,00	0,00	436 607,73	3 225 608,13	0,00	0,00	0,00
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	741 519,87	920 842,00	0,00		697 063,10	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 126 608,56	0,00	0,00		835 028,40	0,00	0,00	159 309,72
TOTAL	93 524 618,75	920 842,00	0,00	1 676 146,10	85 463 356,42	467 947,00	612 966,63	1 167 863,06

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Detalha-se no seguinte quadro a totalidade dos processos judiciais e o respetivo valor considerado em provisão.

	Saldo 01/01/2021	Utilização	Incremento	Saldo 31/12/2021
Provisões processos judiciais	6 550 120,96	7 091,86	1 105 812,19	7 648 841,29
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	723 668,36	38 942,43	13 372,46	698 098,39
Outras Provisões			50 225,00	50 225,00
Total	7 273 789,32	46 034,29	1 119 184,65	8 397 164,68

O detalhe dos processos judiciais é o que a seguir se detalha no quadro:

Unid.: Euro					
N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Indemnização já liquidada, na totalidade, ao Município de Almada. Aguarda-se a realização de pagamento ainda a alguns	4 070,00
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	969,00
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Processo com visto em correição desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00	4 794,00
405/13.BEALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Cíveis do Centro, Ldª.	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para que a Autora se pronuncie sobre o conteúdo do PA junto aos autos fisicamente, por ordem do Tribunal	48 970,88
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada	612,00
2809/15.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Ldª.	Município de Almada	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença	612,00
645/16.7BEALM	Ação Administrativa	INTERSAÚDE - Clínicas e Cuidados de Saúde, Ldª.	Município de Almada e ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador	1 865,32
964/16.2BEALM	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda saneamento para agendamento de Audiência de Julgamento ou prolação de sentença	150 510,00
230/17.6BEALM	Ação Administrativa	MREDIS, Ldª.	Município de Almada	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora	16 209,23
459/17.7BEALM	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado	612,00
126/18.4BEALM	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	12 306,00
170/18.1BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, e após nova junção do PA, em formato digital, conforme solicitado pelo Tribunal, o processo aguarda prolação de despacho saneador	90 018,00
537/18.5BEALM	Ação Administrativa	HABITÁMEGA - Construções, S.A.	Município de Almada	Realizada a Audiência Prévia, aguarda prolação de Despacho Saneador, após terem sido juntos por parte do Município de Almada os documentos do PA em falta	166 844,50
791/17.0BEALM	Ação Administrativa	Maria Amélia da Silva Freitas Ramalho Carlos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda despacho saneador	612,00
538/19.6T8ALM	Ação de Processo Comum	INFRACONDE - Infraestruturas e Terraplanagens, Unipessoal, Ldª.	Célia João Costa Figueiredo, Junta de Freguesia da Costa de Caparica, A.P.M.F.T. - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha e Município de Almada	Encontra-se agendada Audiência de Julgamento para os dias 28 de março e 4 de abril de 2022	50 387,90

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
46/17.0ECLSB	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	Após apresentação de defesa na fase administrativa, e produção de prova documental e testemunhal, aguarda decisão final	35 000,00
137/19.2TBRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Miriam Vanessa Rodrigues Recacho	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	2 000,00
5380/19.1T8ALM	Insolvência Singular (Apresentação)	Margarida Stela Binda Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	1 312,46
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	1 938,00
553/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Realizada que foi a Audiência Prévia, no passado dia 6 de Julho, e tendo sido aditado um ponto aos Temas da Prova, a requerimento do Município de Almada, aguarda marcação da Audiência de Julgamento	5 162,04
1066/19.5T8BRR	Insolvência Singular (Apresentação)	Manuel do Nascimento Azevedo Seixas e outra(...)	Município de Almada e outros(...)	Processo encerrado em decurso de exoneração do passivo restante	88,35
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	29 929,17
792/15.2BEALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença	197 353,25
850/19.4BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EVOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação	459,00
4145/16.7T8ALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda a mesma o pagamento da mesma	120 828,00
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODIESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Lda.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da mesma	765,00
809/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROCFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	Dada sem efeito a data anteriormente designada para a Audiência de Julgamento, aguarda, neste momento, nova designação de data	30 693,46
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	144 489,29
155/20.8BEALM	Ação Administrativa	Ribeiro & Filhos, Lda.	Município de Almada	Efetuada transação nos autos, aguarda-se informação sobre se o valor acordado já foi pago pelos serviços do Município de Almada	5 384,22
1277/20.0T8ALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	99 236,00
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, foram nomeados peritos para a elaboração de Relatório Pericial. A signatária tem agendada reunião prévia à reunião de peritos, com a perita indicada pelo Município de Almada	971 783,52
337/21.5BEALM	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Penuniárias	AMBILINE - Unipessoal, Lda.	Município de Almada	O processo foi remetido ao TACL por ser o Tribunal materialmente competente	1 028 289,00
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	16 564,54
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	306,00
549/20.9BEALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Sílvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Proferida decisão favorável ao Município de Almada e reclamadas as custas de parte, aguarda-se o liquidação das mesmas	306,00

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Ldª, e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	12 156,19
691/20.6BEALM	Ação Administrativa	COPS - Companhia Operacional de Sgurança Unipessoal, Ldª.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	20 804,06
356/21.1BEALM	Ação Administrativa	Maria Emília Monteiro	Município de Almada e outros{...}	Decorre atualmente prazo para a Autora se pronunciar sobre o conteúdo do PA junto aos autos pelo Município de Almada	612,00
519/21.0BEALM	Outros Processos (Administrativo)	PENSÃO SETUBALENSE, Ldª.	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para a Autora se pronunciar sobre o conteúdo do PA junto aos autos pelo Município de Almada	612,00
624/21.2BEALM	Ação Administrativa	CIMAI - Engenharia e Química Avançada, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda saneamento do processo	24 553,99
2320/21.1T9ALM	Recurso de Contraordenação	Pedro dos Santos Fernandes	Ministério Público e Município de Almada	Decorre, neste momento, a Audiência de Julgamento	5 551,00
2781/21.9T9ALM	Recurso de Contraordenação	NUCLISIGMA, Unipessoal, Ldª.	Ministério Público e Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada para o dia 7 de fevereiro de 2022	3 551,00
2789/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	Francisco Correia Semedo	Ministério Público e Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada para o dia 31 de janeiro de 2022	1 851,00
3621/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	José Maria Pereira Henriques	Ministério Público e Município de Almada	Aguarda decisão, ou agendamento da Audiência de Julgamento	1 051,00
88/CO/2018	contra ordenação	IGAC	Município de Almada	Contestado com testemunhas	30 000,00
929 110 358,00 €	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Contestado com testemunhas	600,00
912 173 610,00 €	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Contestado com testemunhas	3 000,00
NUICO nº3152/15.1	contra ordenação	ASAE	Município de Almada	contestado, ouvidas testemunhas	5 000,00
918 569 761,00 €	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	2 500,00
918 569 788,00 €	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Decorre atualmente prazo para que a Autora se pronuncie sobre o conteúdo do PA junto aos autos fisicamente, por ordem do Tribunal	250,00
373/NSP/2018	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Audiência Prévia agendada para dia 25 de janeiro de 2022	748,20
NSP20195TB00004	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada	748,20
070.40.01-326/19	contra ordenação	Polícia Marítima	Município de Almada	Após a fase das alegações escritas, o processo aguarda saneamento ou prolação de sentença	20 000,00
1242770714-246-19	contra ordenação	ANSR	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda prolação de despacho saneador	300,00
4-246-2019	contra ordenação	APCVD	Município de Almada	contestado com testemunhas	10 000,00

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
12 000 482,00 €	contra ordenação	ACT	Município de Almada	Processo aguarda agendamento para serem ouvidas as testemunhas da Autora	81 600,00
122 000 503,00 €	contra ordenação	ACT	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado	81 600,00
NSP17STB0004PAL	contra ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte da Autora, Articulado Superveniente, com ampliação do pedido, decorre prazo para que o Município de Almada se pronuncie sobre a ampliação do pedido formulado	7 500,00
929 110 366,00 €		ANSR	Município	contestado c/ testemun	150,00
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	CMA e outros	Aguarda avaliação;	30 612,10
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	José Pedro Polido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madureira	CMA	Instância suspensa;	49 592,31
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	CMA	Produzidas alegações finais. Aguarda prolação da sentença.	153 110,05
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Recurso extraordinário interposto pela Autora. Produzidas contra-alegações. Aguarda prolação do Acórdão.	31 612,10
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julgado no âmbito do Proc. n.º 947/07.3BEALM (Proc. 7/2020)	35 408,00
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Parecer do MP favorável ao MA. Aguarda prolação da sentença.	181 615,78
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	CMA	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	108 964,35
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	CMA e outros	Aguarda decisão do Recurso	505 335,40
4660/07.3TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix Higgs e outros	CMA	Corre prazo para contra-alegar em Recurso de Revista, MA absolvido. Autores recorreram. MA não contra-alegou	15 000,10
1257/13.2TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix	CMA	A instância encontra-se suspensa por relação de prejudicialidade com o Proc. n.º 4660/07.3TBALM	15 204,10
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	CMA	Fase de indicação de peritos	1 550 663,88
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos Impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	CMA e outros	Fase posterior aos articulados e às Alegações em que o Tribunal ainda se encontra a notificar algumas partes virem juntar prova documental de alguns dos factos que alegaram nos articulados	15 000,00
1295/20.9BELSB	Providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo	Eduardo Costa Rodrigues	Min. Defesa Nacional e MA	Proferida sentença que indefere a providência. Aguarda decisão sobre reclamação contra a Nota de Custas de Parte	30 102,10
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baião, Lda	MA	Deduzida Contestação	243 040,00
530/20.8BEALM	Pedido de declaração de nulidade de contrato de nomeação	Ministério Público	António Salgueiro e MA	Deduzida Contestação	30 204,10
731/20.9BEALM	Pedido de declaração de nulidade de contrato de nomeação	Ministério Público	Débora Rodrigues e MA	Deduzida Contestação	30 000,10

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
970/20.2BELSB	Pedido de declaração de nulidade de Declaração de Impacto Ambiental	Sociedade Portuguesa de Observação das Aves e Outros	Agência Portuguesa do Ambiente, MA e Outros	Deduzida Contestação	sem perdas
370/21.7BELSB	contencioso pré-contratual	ENA Portugal	MA e Eulen	Sentença condenatória. Interposto Recurso pela Eulen	sem perdas
174/21.7BEALM	contencioso pré-contratual	Rebau	MA / ISPT / DAPE	sentença condenatória. Interposto Recurso	sem perdas
6208/11.6TBALM		Maria Aurélio Pereira Azinheira Gonçalves Pereira	MA		
348/21.0BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	António França Neves	MA		678,00
855/18.2BEALM	impugnação de acto administrativo	António Tamagnini	MA		sem perdas
4099/19.8TBALM	ação de despejo com reconvenção de pedido indemnizatório	Fernando Simões Lda.	MA		95 365,00
299/19.9BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Josué Nunes	MA		40 921,78
474/18.3BEALM	oposição à execução fiscal	Orlando Almeida	MA		17 845,19
584/18.7BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Sónia Rodrigues	MA		26 942,30
82/21.1BEALM	oposição à execução fiscal	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Deduzida Contestação	
00218/2020	contra ordenação	APA	MA	Aguarda decisão do Recurso	240 000,00
2152021/000006890	contra ordenação	AT	MA		208,81
21512021/600000787	contra ordenação	AT	MA		20 452,56
906/21.3BELSB	impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	Betonit	MA		324 077,73
823/15.6BEALM	impugnação de acto administrativo	Finangeste	MA		
2-3295-2021	contra ordenação	INCF	MA		18 000,00
855/18.2BEALM	Acção Administrat.; pedido nulidade licença/demolição obra	António Tamagnin	Município de Almada	Contestada com Réplica; contraditório face a peça/docs.	1 632,00
137/18.0BEALM	Pré contratual	BASRIO - Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários	Município de Almada		204,00
471/20.9T9ALM	Recurso contraordenação	Ministério Público	Município de Almada	Proc. DJ/2018 - Proc. 375/DJA/2018/312CO - concluído	3 602,00
335/09.7BEALM-A	Anulação do despacho homologatório da lista de classificação final	José Eduardo Monteiro Agostinho	Município de Almada	Aguarda Acórdão - os mandatários do A. renunciaram ao mandato (13.01.2022)	30 000,01
123/17.7BEALM	Declaração de nulidade do procedimento concursal	STAL (Anabela Gonçalves)	Município de Almada	em curso	30 000,01
283/18.8TB8RR-MP	Fixação de incapacidade, por Acidente de Trabalho	Sinistrado: Manuel Benvindo Martins de Sousa Gomes	Seguradora Tranquilidade e Município de Almada	Em curso	indeterminável
595/18.2BEALM	Reconhecimento do Contrato de trabalho, desde 20/03/1998, com pagamento das diferenças salariais, no valor de 113.146,47€ + 2.600,00€ por danos morais + juros	Manuel Leontino da Silva Mendonça	Município de Almada	Em curso	115 746,47
233/19.6BEALM	Impugnação do ato administrativo que na sequência de processo disciplinar fixou o pagamento de uma multa e a cessação da comissão de serviço + indemnização por danos não patrimoniais	Pedro Luis Filipe	Município de Almada	Entregue contestação	39 000,01
616/21.1BEALM	Anulação do ato de homologação da avaliação de desempenho	Eduardo Raposo	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01
226/21.3BEALM	Anulação do despacho de homologação da avaliação de desempenho	Florbel Leal	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01
2318/20.7T9ALM	Processo penal Ainda se encontra em fase de inquérito, sob a direção do Ministério Público (Procuradoria da República da Comarca de Lisboa DIAP - 4.ª Secção), com vista a investigar a existência de crime de dano contra a natureza, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.	Ministério Público	Município de Almada (Denunciado)	Apresentação de Denúncia e Queixa: 21.07.2020 Inquirição dos Denunciados e testemunhas: de 11.11.2020 a -- Aguarda Acusação/Arquivamento	N/A
819/18.6TB8RR	Insolvência pessoa singular	Antonieta M. Sá		Juizo Comércio Barreiro	2 682,16

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS									
Tipo	Valor mensal 2021	Data do direito	Data 1ª Abono	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2020	Actualização	Valor 2021
Doença profissional	18,93	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	55	5 490,15	-472,81	5 017,35
Doença profissional	18,09	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	55	5 246,53	-451,83	4 794,71
Doença profissional	37,10	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	70	7 086,17	-1 036,21	6 049,96
Doença profissional	134,52	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	63	63,00	28 554,94	28 617,94
Doença profissional	31,06	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	68	68,00	10 958,12	11 026,12
Acidente em serviço	419,53	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	71	71,00	65 296,59	65 367,59
Acidente em serviço	354,44	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	50	50,00	104 321,45	104 371,45
Acidente em serviço	366,05	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	46	46,00	115 803,32	115 849,32
Acidente em serviço	315,25	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	52	52,00	89 159,52	89 211,52
Acidente em serviço	509,20	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	67	67,00	93 964,87	94 031,87
Acidente em serviço	376,08	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	42	42,00	126 775,53	126 817,53
Acidente em serviço	195,83	21/05/2014	01/11/2019	02/04/1962	1962	59	59,00		46 943,03
Total							18 340,86	632 873,50	698 098,39

Passivos contingentes

Divulga-se no quadro seguinte os processos judiciais onde a autarquia foi constituída arguida e para os quais não foi constituída provisão, não sendo a esta data possível determinar qual o impacto financeiro futuro para o orçamento municipal.

O processo com o valor mais relevante foi requerido pela Associação da Terra da Morte Lenta, processo nº 911/19.0T8ALM, contra a CMA e outros, no montante de 500.000.000 euros, esta ação é colocada contra a Siderurgia Nacional no Seixal, sendo convicção da CMA que a mesma em nada afetará as responsabilidades futuras da autarquia.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Valor da Ação	Posição atual da Ação	Perda Potencial	Custas c/ Processo (Estimativa)	Data prevista assunção responsabilidade
[3409200906043100]	Execução Fiscal	Serviço de Finanças de Almada - 3	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
AC 917226402	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
AC 917513738	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
AC 917568257	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
AC 917226410	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
CA 917568362	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
CA 919667376	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
CA 919538290	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
CA 921397518	Contraordenação Rodoviária	ANSR	Município de Almada	Desconhece-se o valor	Desconhece-se por ainda não ter tido acesso ao processo	Desconhece-se	Não consta	Não há data prevista
7083/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	4 688,64 €	Aguarda correção da sentença	Não tem	Não consta	Não há data prevista
911/19.0TBALM	Ação Popular	Associação da Terra da Morte Lenta	Município de Almada e outros(...)	500 000 000,00 €	Proferida Sentença em primeira instância, desfavorável à Autora, foi por esta interposto Recurso	Não tem	Não consta	Não há data prevista
2320/21.1T9ALM	Recurso de Contraordenação	Pedro dos Santos Fernandes	Ministério Público e Município de Almada	Não tem	Decorre, neste momento, a Audiência de Julgamento	5 551,00 €	Não consta	Não há data prevista
2781/21.9T9ALM	Recurso de Contraordenação	NUCISIGMA, Unipessoal, Lda	Ministério Público e Município de Almada	Não tem	Audiência de Julgamento agendada para o dia 7 de fevereiro de 2022	3 551,00 €	Não consta	Não há data prevista
2789/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	Francisco Correia Semedo	Ministério Público e Município de Almada	Não tem	Audiência de Julgamento agendada para o dia 31 de janeiro de 2022	1 851,00 €	Não consta	Não há data prevista
3621/21.4T9ALM	Recurso de Contraordenação	José Maria Pereira Henriques	Ministério Público e Município de Almada	Não tem	Aguarda decisão, ou agendamento da Audiência de Julgamento	1 051,00 €	Não consta	Não há data prevista
88/CO/2018	contra ordenação	IGAC	Município de Almada	30 000,00 €	Contestado com testemunhas			
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	CMA	5 577 876,21 €	Fase de indicação de peritos	Impossível prever	204,00 €	Sem data
Total Passivos Contingentes 31/12/2021				505 612 564,85 €				

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, embora a continuação da doença do COVID 19 seja relevante, com eventuais impactos não estimáveis, não se espera que os mesmos coloquem em causa a continuidade das atividades da CMA.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. Contudo e conforme referido na nota 1.2 , em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa e Bielorrússia, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dívidas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.	2 382 349,17	118 522,35	2 263 826,82	2 481 939,33	42 152,55	2 439 786,78
		- Dev. por transf. e sub.reemb. não corrente	1 792 397,94		1 792 397,94	2 055 726,13		2 055 726,13
		- Dev. por transf. e sub. não reemb. não corrente	325 804,97		325 804,97	161 248,87		161 248,87
		- Dev. por transf. e sub.reemb. corrente	264 146,26	118 522,35	145 623,91	264 964,33	42 152,55	222 811,78
		Cientes, contribuintes e utentes	3 322 276,91	2 993 786,28	328 490,63	3 257 232,58	2 825 900,40	431 332,18
		- Cientes, contribuintes e utentes	3 322 276,91	2 993 786,28	328 490,63	3 257 232,58	2 825 900,40	431 332,18
		Outros contas a receber corrente	39 626 721,88	121 880,11	39 504 841,77	40 440 401,40	1 227,68	40 439 173,72
		- Pessoal	3 030,32	707,84	2 322,48	4 969,91	1 227,68	3 742,23
		- Devedores por acréscimos de rendimentos	39 033 841,55		39 033 841,55	39 359 955,02		39 359 955,02
		- Devedores diversos	589 850,01	121 172,27	468 677,74	1 075 476,47		1 075 476,47
		Estado e out.ent.públicos			-	5 230,14		5 230,14
		Diferimentos	469 302,16	-	469 302,16	1 087 709,97		1 087 709,97
		- Gastos a reconhecer não corrente			-	685 238,08		685 238,08
		- Gastos a reconhecer corrente	469 302,16		469 302,16	402 471,89		402 471,89
		Participações financeiras	68 648 915,89		68 648 915,89	72 329 891,68		72 329 891,68
	Totais	114 449 566,01	3 234 188,74	111 215 377,27	119 602 405,10	2 869 280,63	116 733 124,47	

O montante registado em acréscimos de rendimentos inclui a periodização económica dos valores dos impostos municipais e taxas imputados ao período que ainda não foram arrecadados, totalizando o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), o Imposto Único de Circularização e as Taxas.

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar que estão mensuradas pelo custo amortizado.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.	2 500,00	-	2 500,00	-	-	-
		- Cred. por transf. e sub. não reemb. corrente	2 500,00	-	2 500,00	-	-	-
		Fornecedores	626 946,34		626 946,34	507 133,29		507 133,29
		Outras conta a pagar- não corrente	1 588 553,77		1 588 553,77	1 425 851,78		1 425 851,78
		Outras conta a pagar- corrente	6 614 154,41	-	6 614 154,41	8 006 485,06	-	8 006 485,06
		- Cred. por acréscimos	5 974 837,73	-	5 974 837,73	7 226 509,60	-	7 226 509,60
		- Credores diversos	639 316,68	-	639 316,68	779 975,46	-	779 975,46
		Rendimentos a reconhecer	18 429 391,37	-	18 429 391,37	2 769 861,35	-	2 769 861,35
		- Rendimentos a reconhecer não corrente	8 007 588,86	-	8 007 588,86	1 678 136,67	-	1 678 136,67
		- Rendimentos a reconhecer corrente	10 421 802,51	-	10 421 802,51	1 091 724,68	-	1 091 724,68
		Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes - corrente	376 826,49		376 826,49			
		Fornecedores de investimentos	151 906,84	-	151 906,84	107 453,72	-	107 453,72
		- Fornecedores de investimentos não corrente	74 000,00	-	74 000,00	78 800,00	-	78 800,00
		- Fornecedores de investimentos corrente	77 906,84	-	77 906,84	28 653,72	-	28 653,72
	Estado corrente	974 307,40	-	974 307,40	925 449,95	-	925 449,95	
	Financiamentos obtidos	17 944 285,95	-	17 944 285,95	21 565 690,53	-	21 565 690,53	
	- Financiamentos obtidos não corrente	14 593 609,50	-	14 593 609,50	17 947 659,95	-	17 947 659,95	
	- Financiamentos obtidos corrente	3 350 676,45	-	3 350 676,45	3 618 030,58	-	3 618 030,58	
					-			
		Totais		46 708 872,57	-	46 708 872,57	35 307 925,68	-

Nota 19 –Benefícios dos empregados

A entidades atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	
Descrição	Montante
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	391 169,88
Remunerações certas e permanentes	27 288 587,82
Abonos variáveis ou eventuais	1 591 823,24
Encargos sobre remunerações	6 631 956,25
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	620 570,53
Outros gastos com o pessoal	3 789,18
Outros encargos sociais	1 963 714,60
Total	38 491 611,50

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada
- ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local
- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada
- NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local
- WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.
- SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

SMAS

Controlada

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Comparticipação em encargos comuns	0,00	0,00	436 607,00	
Empréstimos	2 320 691,34	0,00	2 056 545,08	
Relações comerciais	0,00	0,00		29 167,71
Recolha de resíduos sólidos, urbanos e outros , e Taxa de Gestão de Resíduos	0,00	0,00	528 692,25	
Outras	0,00	0,00		23 481,15
TOTAL	2 320 691,34	0,00	3 021 844,33	52 648,86

WEMOB
Controlada

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	169 459,07	0,00	0,00	0,00	169 459,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	499 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499 000,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízo	0,00	0,00	0,00	771 077,27	0,00	0,00	0,00	0,00	771 077,27	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	4 388,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2 172,95	0,00	0,00	2 215,88
TOTAL	169 459,07	0,00	0,00	1 274 466,10	169 459,07	0,00	0,00	0,00	1 272 250,22	0,00	0,00	2 215,88

NOVALMADAVELHA
Controlada

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00

ARRIBATEJO
Controlada

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	9 582,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9 582,80	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	34 582,80	0,00	0,00	0,00	0,00	34 582,80	0,00	0,00	0,00

AGENEAL
Controlada

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	138 276,60	0,00	0,00	0,00	0,00	138 276,60	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	138 276,60	0,00	0,00	0,00	0,00	138 276,60	0,00	0,00	0,00

Madan Parque

Investimentos em associadas

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00

COSTAPOLIS

Investimentos em associadas

Unid.: Euro

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2021		Transações								Saldo 31/12/2021	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo financeiro	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relativamente às Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia, são consideradas como partes relacionadas, sendo que a informação referente às mesmas se encontra divulgada no quadro da Nota 30.

Nota 22 – Interesses com outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Entidades / Fundos				Participação no final do exercício			Método de contabilização	Observações
Denominação	Tipo de Participação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Valor contabilizado a 31/12/2021		
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	Investimentos noutras entidades	Sociedade	503876321	955 500,00	12,33%	955 500,00	Custo	
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	Controlada	Agência	504329073	116 718,71	42,47%	22 886,42	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974696	49 879,70	61,73%	369 401,43	Método de equivalência patrimonial	dados referentes ao ano 2021
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	Investimentos em associadas	Sociedade	505280167	12 940 550,00	40,00%	15 258 147,46	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	Investimentos em associadas		503545562	199 940,00	40,65%	1 286 035,85	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974688	49 879,79	84,75%	301 904,02	Método de equivalência patrimonial	dados referentes ao ano 2021
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	Controlada	Empresa Municipal	507001206	250 000,00	100,00%	1 033 256,94	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	Controlada	Serviços Municipalizados	680017763	43 829 211,63	100,00%	46 593 559,27	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2021
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Investimentos noutras entidades	Associação	515432156	15 000,00	16,67%	15 000,00	Custo	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Investimentos noutras entidades	Fundo	513319182	2 813 224,50	0,67%	2 813 224,50	Custo	
TOTAL				61 219 904,33		68 648 915,89		

A contabilização das entidades pelo Método da Equivalência patrimonial e a sua imputação em património líquido é a que se segue:

Designação	Participação		Capital Social Inicial	Total dos Capitais Próprios em 2020	Participação a 2020 com valor dos Capitais Próprios a 2020	Total dos Capitais Próprios em 2021	Ajustamento MEP 2021			MEP-M.Equiv.Patrimonial
	% actual	Valor Inicial					Imputado Resultado	Imputado Património líquido	Total	
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	42,47%	116 718,71	264 863,22	54 850,03	23 294,81	53 888,44	-408,39		-408,39	22 886,42
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	49 879,79	80 805,17	589 689,25	364 015,17	598 414,75	5 386,26		5 386,26	369 401,43
COSTAPOUS - Soc. para o Desenv. do Programa POUS na Costa da Caparica, S A	40,00%	12 773 600,00	31 994 000,00	37 483 540,08	14 993 416,03	38 145 368,66	309 232,17	-44 500,74	264 731,43	15 258 147,46
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	199 940,00	899 760,00	3 072 968,00	1 249 161,49	3 163 679,84	52 286,22	-15 411,86	36 874,36	1 286 035,85
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	49 879,79	58 858,15	414 461,52	351 256,14	356 228,93	-49 352,12		-49 352,12	301 904,02
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,0%	250 000,00	250 000,00	400 455,27	400 455,27	1 033 256,94	-152 633,64	785 435,31	632 801,67	1 033 256,94
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	100,0%	17 694 185,68	17 694 185,68	51 164 568,27	51 164 568,27	46 593 559,27	3 080 036,11	-7 651 045,11	-4 571 009,00	46 593 559,27
TOTAL							3 244 546,61	-6 925 522,40	-3 680 975,79	64 865 191,39

Nota 30 –Outras divulgações

Alterações no patrimônio líquido

Rúbrica	Saldo 1.1.2021	Regularização de depreciações de anos anteriores	Regularizações em propriedades de investimento	Reconhecimento de outros ativos fixos tangíveis	Reconhecimento dos ativos fixos tangíveis afetos ao contrato de concessão com a E-Redes e respectivo rendimento diferido	Aplicação do MEP	Participação no FEF capital	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Regularização de subsídios ao investimento	Outras	Transferência do resultado líquido 2020	Saldo 31.12.2021
Balço inicial	-161 649 413,39											-161 649 413,39
Reservas legais	-6 858 530,69											-6 858 530,69
De períodos anteriores	-144 402 861,64										-1 023 132,08	-145 425 993,72
Regularizações	0,00	7 787 617,38	-525 619,24	-177 854,75	1 301 214,14				-30 107,65	-78 763,71		8 276 486,17
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-168 819 417,82				-7 649 507,14							-176 468 924,96
Ajustamentos em ativos financeiros relacionados com o método da equivalência patrimonial	-50 105 500,10											-50 105 500,10
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-6 609 376,13					7 696 599,67						1 087 223,54
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	-19 843 601,72							-553 206,44				-20 396 808,16
Outras transferências e subsídios de capital	-467 947,00						-452 895,00					-920 842,00
Doações	-17 093 963,07											-17 093 963,07
Total	-575 850 611,56				-6 348 293,00	7 696 599,67	-452 895,00	-553 206,44			-1 023 132,08	-569 556 266,38

Gastos com transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2021.

Entidades	Corrente	Capital
Associações de Municípios	1 810 011,00	0,00
Bombeiros Almada	170 000,00	100 000,00
Bombeiros Cacilhas	250 000,00	169 494,00
Bombeiros Trafaria	170 000,00	99 999,90
Empresas Locais	1 270 077,27	0,00
Famílias	71 149,23	0,00
Freguesia Costa da Caparica	389 418,69	199 705,85
Instituições sem Fins Lucrativos	5 992 653,09	512 255,34
Outras entidades transitados compromissos de anos anteriores	0,00	0,00
Outros setores institucionais	4 393 758,55	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 620 546,32	0,00
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	760 996,97	380 799,11
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	553 218,05	139 950,20
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	616 205,25	316 025,79
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó	263 908,59	86 629,67
Total	18 331 943,01	2 004 859,86

Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos.

Fornecimentos e serviços externos	
Designação	Montante
Serviços de saúde	15 553,58
Serviços de transportes	67 632,48
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	4 340 663,36
Trabalhos especializados	4 437 580,95
Publicidade, comunicação e imagem	231 345,97
Vigilância e segurança	548 946,64
Honorários	1 190 184,30
Comissões	1 588 867,57
Conservação e reparação	6 234 614,09
Outros serviços especializados	29 073,61
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	290 926,32
Livros e documentação técnica	713,16
Material de escritório	37 762,64
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	248 467,14
Material de educação, cultura e recreio	625,68
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	133 180,69
Medicamentos e artigos para a saúde	16 018,57
Produtos químicos e de laboratórios	57 351,04
Outros materiais diversos de consumo	2 305 398,66
Eletricidade	3 138 741,69
Combustíveis e lubrificantes	274 752,79
Água	996 935,18
Deslocações e estadas	39 050,28
Outros	14 073,57
Rendas e alugueres	1 049 808,91
Comunicação	156 353,64
Seguros	544 003,04
Contencioso e notariado	5 497,46
Despesas de representação dos serviços	3 123,89
Limpeza, higiene e conforto	1 397 134,56
Outros serviços	20 350,35
Total	29 414 731,81

Acréscimos de rendimentos e gastos

Nos quadros seguintes detalham-se os acréscimos de rendimentos e gastos efetuados em 2021.

Acréscimo de rendimentos	
IMI	35 407 877,77
IMT	2 843 113,85
IUC	222 941,96
Derrama	11 950,71
Taxas	141 561,84
Juros	13 314,38
Resíduos Sólidos	393 081,04
Total	39 033 841,55

Acréscimo de gastos	
Remunerações a Liquidar	4 589 251,86
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	30 859,97
Outros (Credores por acréscimos de gastos)	3 998,71
Subcontratos e parcerias	2 531,29
Trabalhos especializados	82 962,38
Publicidade, comunicação e imagem	19 600,37
Vigilância e segurança	6 188,32
Honorários	0,00
De cobrança de impostos e taxas	963 664,88
Conservação e reparação	29 670,59
Materiais de consumo	62 736,37
Energia e fluidos	6 563,76
Deslocações, estadas e transportes	1 983,72
Rendas e alugueres	34 146,89
Comunicação	9 170,03
Seguros	38,44
Contencioso e notariado	0,00
Limpeza, higiene e conforto	122 081,46
Outros serviços	9 388,69
Total	5 974 837,73

Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2021.

Diferimentos ativos	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	48 583,50	0,00	48 583,50
Materiais de consumo	254 246,52	0,00	254 246,52
Rendas e alugueres	13 135,87	0,00	13 135,87
Seguros	149 119,99	0,00	149 119,99
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	4 216,28	0,00	4 216,28
Total	469 302,16	0,00	469 302,16

Diferimentos passivos	Saldo a 31.12.2021		
	Corrente	Não Corrente	Total
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições			
<i>Protocolos - Estado</i>	190 642,31	0,00	190 642,31
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>	0,00	0,00	0,00
Ensino não Superior	0,00	0,00	0,00
Ordenamento e Requalificação do Território	0,00	0,00	0,00
Transportes e Vias de Comunicação Terrestre	0,00	0,00	0,00
Ambiente e Energia	0,00	0,00	0,00
APA - Fundo Ambiental	100 000,00	0,00	100 000,00
Programa Valorizar - Almada WI-FI +	0,00	30 609,24	30 609,24
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			0,00
Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Colaço	0,00	76 593,59	76 593,59
Subst. Cob. Fibrocimento c/ Amianto por Chapa Lacada em 10 escolas	0,00	1 632 855,51	1 632 855,51
Requalificação da EB D. António da Costa	0,00	0,00	0,00
Ampliação do Jardim de Infância da Sobreda	0,00	107 472,34	107 472,34
Requalificação do Núcleo Histórico da Cova da Piedade - Jardim Público	0,00	0,00	0,00
Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social	0,00	148 970,37	148 970,37
Criação de Espaços Comunitários	0,00	78 961,02	78 961,02
Dinamização do Presídio da Trafaria	0,00	258 871,01	258 871,01
Cacilhas-Tejo	0,00	484 169,28	484 169,28
Espaços Exteriores Caramujo/Romeira	0,00	0,00	0,00
Arte Xávega	0,00	12 750,00	12 750,00
Percurso Pedonais e Cicláveis	0,00	635 570,54	635 570,54
Estrada Florestal da Costa de Caparica	0,00	1 026 826,78	1 026 826,78
Eficiência Energética Forum Romeu Correia	0,00	31 587,38	31 587,38
Biorresíduos	0,00	140 958,49	140 958,49
Total de Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	290 642,31	4 666 195,55	4 956 837,86
Acordos de concessão de serviços			0,00
Outros subcontratos ou concessões CP	9 805 855,55	0,00	9 805 855,55
Outros a rendimentos a reconhecer			0,00
Mercados e Feiras	7 931,67	0,00	7 931,67
Habitação	77 868,98	0,00	77 868,98
Edifícios	4 308,30	0,00	4 308,30
Terrenos e Recursos Naturais	235 195,70	3 341 393,31	3 576 589,01
Total de outros rendimentos a reconhecer	325 304,65	3 341 393,31	3 666 697,96
Total de diferimentos passivos	10 421 802,51	8 007 588,86	18 429 391,37

Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2021:

Outros gastos	
IVA Suportado não dedutível	106 898,58 €
Taxas	13 042,75 €
Gastos em investimentos não financeiros	90 698,29 €
Correções de impostos diretos	7 128,09 €
Correções de impostos indiretos	653 829,46 €
Devolução de transferências e subsídios obtidos	171 090,47 €
Encargos de Cobrança	6 117,79 €
Outras correções	838 127,82 €
Quotizações	454 175,81 €
Multas fiscais	1 968,21 €
Multas não fiscais	4 602,00 €
Condomínios	56 403,60 €
Gastos Bancárias	48 651,47 €
Indemnizações	55 567,64 €
Direitos de Autor	6 281,19 €
Correções de Inventários	2 241,73 €
Outros gastos	19 289,57 €
Total	2 536 114,47 €

Outros rendimentos

Outros rendimentos	
Outros rendimento suplementares	6 991,80
Rendas em propriedades de investimento	642 969,71
Outros rendimentos do Estado	19 316,00
Correções relativas a períodos anteriores	950 951,70
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	741 519,87
Outros não especificados	26 962,70
Total	2 388 711,78

Subsídios ao investimento

No quadro seguinte detalha-se a imputação dos subsídios ao investimento no exercício de 2021.

Designação do bem	Valor do Protocolo	Valor Contabilizado	Data de Inventário	Saldo a 31/12/2020	Imputado ao exercício	Acumulado	Saldo
68 Fogos (PER)	138 534,74 €	138 534,74 €	1/jan/03	88 662,48 €	2 770,70 €	54 028,31 €	85 891,78 €
188 Fogos (PER)	4 445 716,00 €	4 001 144,40 €	1/jan/03	2 547 270,67 €	88 914,32 €	1 587 245,21 €	2 458 356,35 €
Jardim de Inf. do Pragal	57 362,00 €	57 362,00 €	1/jan/04	37 859,56 €	1 147,24 €	21 223,30 €	36 712,32 €
Jardim Infância Cova da Piedade n.º2	24 586,00 €	24 586,00 €	1/ago/02	15 529,46 €	491,72 €	9 794,12 €	15 037,74 €
Jardim de Inf. da Costa de Caparica	57 362,00 €	57 362,00 €	1/jan/04	37 859,56 €	1 147,24 €	21 223,30 €	36 712,32 €
Jardim de Inf. Monte de Caparica	17 338,00 €	17 338,00 €	1/jan/04	11 442,44 €	346,76 €	6 415,70 €	11 095,68 €
Jardim de Inf. Vale Rosal	36 726,00 €	36 726,00 €	1/jan/04	24 239,16 €	734,52 €	13 588,62 €	23 504,64 €
Jardim de Inf. Laranjeiro	6 664,00 €	6 664,00 €	1/ago/02	4 208,73 €	133,28 €	2 655,19 €	4 075,45 €
Esc. Centenária n.º 2 da Cova da Piedade	30 998,52 €	30 998,00 €	1/jan/01	18 599,54 €	619,98 €	13 328,43 €	17 979,56 €
Esc. Centenária n.º 3 de Almada	26 624,31 €	26 624,31 €	1/jan/01	15 975,47 €	532,48 €	11 447,56 €	15 442,99 €
Esc. Centenária n.º 1 do Monte	130 456,48 €	130 456,48 €	1/jan/01	78 273,31 €	2 609,14 €	56 096,88 €	75 664,17 €
Teatro Municipal de Almada	2 493 989,48 €	2 493 989,48 €	1/jan/07	1 795 672,29 €	49 879,80 €	773 136,89 €	1 745 792,49 €
Museu da Cidade	2 195 453,95 €	2 195 453,95 €	1/jan/02	1 361 181,43 €	43 909,08 €	900 136,14 €	1 317 272,35 €
RECRIA - R. da Cerca n.º 2 e n.º 12	10 703,69 €	10 703,69 €	1/jan/05	2 919,95 €	486,54 €	8 513,55 €	2 433,41 €
I.C.N. - 132 Fogos	697 198,24 €	697 198,24 €	1/jan/03	452 032,20 €	13 943,96 €	266 081,98 €	438 088,24 €
200 Fogos	4 288 621,86 €	4 288 621,86 €	1/jan/03	2 884 131,10 €	85 772,44 €	1 533 149,42 €	2 798 358,66 €
Mercado da Cova da Piedade	593 094,01 €	593 094,01 €	1/jan/07	427 027,69 €	11 861,88 €	183 859,14 €	415 165,81 €
Via Alternativa ao Monte de Caparica	1 370 054,27 €	1 370 054,27 €	1/set/09	593 690,11 €	68 502,72 €	879 118,24 €	525 187,39 €
Acesso Esc. Com. Conceição Silva	75 000,00 €	75 000,00 €	1/jan/09	5 769,12 €	5 769,12 €	77 884,62 €	- €
Esc. Bás. 1/J.I. Cataventos da Paz	225 200,00 €	221 176,42 €	1/dez/11	180 265,41 €	4 504,00 €	47 667,01 €	175 761,41 €
Jardim Infância n.º 1 do Feijó	168 900,00 €	163 819,46 €	1/set/13	139 047,45 €	3 378,00 €	29 839,01 €	135 669,45 €
Jardim Infância n.º 2 do Laranjeiro	168 900,00 €	155 131,07 €	1/dez/11	124 447,57 €	3 378,00 €	35 750,50 €	121 069,57 €
Jardim Infância n.º 3 do Laranjeiro	168 900,00 €	168 093,30 €	1/dez/11	137 409,80 €	3 378,00 €	35 750,50 €	134 031,80 €
Esc. Bás. 1/J.I. Pragal n.º2	1 025 196,08 €	1 025 196,08 €	1/dez/10	818 448,22 €	20 503,92 €	237 503,74 €	797 944,30 €
Esc. Bás. 1/J.I. Costa de Caparica n.º2	1 009 099,70 €	1 009 099,70 €	1/dez/10	805 598,23 €	20 182,00 €	233 774,47 €	785 416,23 €
Esc. Bás. 1/J.I. Vale Figueira n.º1	1 018 990,36 €	1 018 990,36 €	1/dez/10	813 493,67 €	20 379,82 €	236 066,42 €	793 113,85 €
Esc. Bás. 1/J.I. Almada n.º 2	982 360,61 €	982 360,61 €	1/dez/11	803 898,19 €	19 647,22 €	207 933,25 €	784 250,97 €
Esc. Bás. 1/J.I. Trafaria n.º2	435 313,67 €	435 313,67 €	1/dez/10	347 525,71 €	8 706,28 €	100 847,38 €	338 819,43 €
Esc. Bás. 1/J.I. Charneca de Caparica n.º2	1 182 945,26 €	1 182 945,26 €	1/dez/13	1 015 361,01 €	23 658,92 €	203 072,63 €	991 702,09 €
Esc. EB Laranjeiro n.º 1	188 050,50 €	173 368,50 €	1/mar/19	166 968,98 €	3 490,62 €	11 635,45 €	163 478,36 €
Subst. Coberturas Escolas	275 032,45 €	275 032,45 €	1/abr/18	246 153,98 €	8 250,96 €	9 626,22 €	254 404,94 €
Requalificação da R. Cândido dos Reis	305 609,42 €	305 609,42 €	1/dez/12	182 092,49 €	15 280,48 €	146 437,65 €	166 812,01 €
Consolidação da Escarpa Ribeirinha	707 211,05 €	707 211,05 €	1/dez/12	421 380,14 €	35 360,56 €	338 871,75 €	386 019,58 €
Reabilitação do Jardim da Cova da Piedade	317 724,96 €	271 927,85 €	1/03/20	- €	58 249,58 €	58 249,58 €	213 678,27 €
Espaços Exteriores Caramujo-Romeira	990 840,01 €	885 205,94 €	1/jul/21	- €	24 771,00 €	24 771,00 €	860 434,94 €
Requalif. Núcleo Histórico da Cova da Piedade	137 134,56 €	137 134,57 €	Vários Equip.	- €	5 995,31 €	5 995,31 €	131 139,26 €
Ciclovía	773 403,58 €	773 403,58 €	Vários Equip.	371 114,11 €	38 670,18 €	460 294,74 €	332 443,93 €
Circuito da Saúde	25 844,09 €	25 844,09 €	Vários Equip.	14 597,39 €	1 872,12 €	15 006,28 €	12 725,27 €
Biblioteca Municipal de Fróis	975 866,02 €	975 866,02 €	1/ago/13	831 112,82 €	19 517,32 €	174 029,18 €	811 595,50 €
Piscina Municipal do Fróis	1 306 832,72 €	1 306 832,72 €	1/dez/12	1 095 561,81 €	26 136,66 €	250 475,90 €	1 069 425,15 €
Quartelão das Artes	402 059,54 €	402 059,54 €	1/dez/13	345 101,04 €	8 041,20 €	69 020,30 €	337 059,84 €
Reabilitação Museu Naval	195 000,00 €	195 000,00 €	1/nov/12	115 375,00 €	9 750,00 €	94 250,00 €	105 625,00 €
Museu da Música	209 076,41 €	209 076,41 €	1/dez/12	175 275,79 €	4 181,52 €	40 072,90 €	171 094,27 €
Centro de Interpretação de Almada Velha	316 048,84 €	316 048,84 €	1/fev/13	291 028,64 €	3 160,50 €	29 760,95 €	287 868,14 €
Vale WiFi4EU	14 943,90 €	14 943,90 €	1/mai/21	- €	2 490,65 €	2 490,65 €	12 453,25 €
TOTAL	30 222 967,26 €	29 588 602,22 €		19 843 601,72 €	10 274 125,18 €	9 515 628,71 €	20 396 808,15 €